



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2020**

**(Do Sr. Pastor Gil)**

Susta os efeitos dos artigos 23 e 41 da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que estabelece diretrizes para o atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), aprovada em 17 de dezembro de 2020.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

**Art. 1º** Fica sustada, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos dos artigos 23 e 41 da nova Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que estabelece diretrizes para o atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), aprovada em 17 de dezembro de 2020.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) aprovou no último dia 17 de dezembro de 2020, uma nova resolução autorizando visitas íntimas e a formação de casais entre adolescentes menores infratores no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Em primeiro lugar, importante destacar que, a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, a qual institui o SINASE já garante o direito a visitas íntimas, mas que é restrito apenas àqueles adolescentes que são casados ou estão em regime de união estável reconhecida legalmente. Por consequência, pode-se concluir que este direito é reservado aos quais possuem idade mínima de dezoito anos, uma vez que o Código Civil também restringe a possibilidade de matrimônio apenas a partir desta idade.

Diante disso, o artigo nº 23 aprovado em decisão colegiada, previsto na resolução, deve perder seu efeito:

*Art. 23. No caso de formação de casais entre as adolescentes, deverá-se permitir que permaneçam no mesmo alojamento, sendo levado*





*em conta o direito ao exercício da sexualidade, da afetividade e da convivência.*

O artigo 41 da resolução, por sua vez, autoriza que menores a partir de 12 anos de idade tenha relações sexuais dentro das dependências das unidades socioeducativas.

*Art. 41. Deverá ser garantido o direito à visita íntima para as adolescentes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade e expressão de gênero, nos termos do artigo 68, da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.*

Entendemos que a forma como o texto do dispositivo foi apresentada abre brechas na legislação para que a possibilidade da visita íntima seja estendida a menores de dezesseis anos, o que contraria nitidamente a atual legislação penal brasileira que classifica a atividade sexual com menor de quatorze anos como estupro de vulnerável.

É inadmissível. É criminoso. Não apenas a possibilidade de relações sexuais entre menores de idade, como também a liberdade, a autorização de que adolescentes, menores de dezoito anos, em regime de internação, possam se relacionar amorosa e sexualmente, o que se pode entender até mesmo como um incentivo à usurpação da infância.

Cremos que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo tem por função auxiliar na ressocialização do menor, no incentivo ao trabalho e estudo, para que se arrependa de seus maus efeitos e retorne à sociedade, a sua família de modo a contribuir e reparar os danos causados.

É notório que ambos os dispositivos aqui mencionados podem ocasionar grandes prejuízos ao serem aplicados, uma vez que se tratam de incentivos à prática sexual entre adolescentes. Cumpre mencionar, nesse sentido, que várias entidades representativas também se manifestaram contrárias a tais previsões legais, a exemplo da Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo, o próprio Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, assim como vários colegas Parlamentares desta Casa Legislativa.

Diante do exposto, tendo em vista a relevância do tema e urgência de sua revogação, clamo o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em                      de dezembro de 2020.

**DEPUTADO PASTOR GIL**  
**(PL/MA)**

[dep.pastorgil@camara.leg.br](mailto:dep.pastorgil@camara.leg.br)

Telefone: (61) 3215 – 5660 / Gab. 660 – Anexo IV – Câmara dos Deputados

